

EDUCAÇÃO SUPERIOR E SOBRE-EDUCAÇÃO NO BRASIL ENTRE 1980 E 2010

Maurício Cortez Reis

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

E-mail: <mauricio.reis@ipea.gov.br>

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2655>

Nas últimas décadas, a participação na força de trabalho dos indivíduos com formação superior aumentou substancialmente no Brasil. De acordo com dados do Censo Demográfico, apenas 5% dos indivíduos ocupados em 1980 possuíam esse nível educacional. Em 1991, a participação desse grupo no total de ocupados aumentou para 8,5%, passando para 9,5% em 2000 e alcançando mais de 15% em 2010.

Uma parcela elevada desses indivíduos com formação superior, porém, está alocada em ocupações em que a necessidade educacional é mais baixa. Para esses trabalhadores, que costumam ser classificados na literatura econômica como sobre-educados, os anos adicionais de escolaridade adquirida, além da que seria necessária na ocupação, geralmente estão associados a ganhos nos rendimentos que, embora sejam positivos, são menores que os proporcionados por aumentos na escolaridade acompanhados de acréscimos equivalentes no nível de exigência da ocupação.

Este Texto para Discussão (TD) tem como objetivo analisar o comportamento da sobre-educação para os trabalhadores com formação superior no Brasil entre 1980 e 2010. Para isso, são utilizados microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Nesse período, a proporção de sobre-educados experimentou um aumento de 10 pontos percentuais (p.p.), mas não se pode dizer que esse seja um fenômeno recente. Em 1980, apesar da escassez de trabalhadores com formação de nível superior no Brasil, um em cada quatro desses indivíduos trabalhava como técnico, em serviços administrativos ou em outra ocupação com menor exigência educacional.

Os resultados obtidos neste estudo indicam que alterações no perfil dos trabalhadores brasileiros com formação superior, incluindo características demográficas e por área de formação, representam entre 27% e 42% do aumento verificado no período para a taxa de sobre-educação. A composição dos trabalhadores por área de estudo se destaca como o fator mais importante. A expansão do ensino superior no Brasil tem se dado, principalmente, pelo aumento mais acentuado em cursos nos quais a inserção em ocupações com esse grau de exigência é mais difícil, em detrimento de cursos ligados à engenharia, medicina e odontologia, nos quais a sobre-educação é geralmente mais baixa. Esse fato costuma ser apontado como responsável pelo aumento da sobre-educação no Brasil. Embora esse componente tenha a sua importância, o seu papel parece ter sido limitado. Também não são encontradas evidências de que essas mudanças tenham sido muito mais importantes para o comportamento da sobre-educação no período mais recente em relação às duas primeiras décadas analisadas. De acordo com as estimativas, o aumento da sobre-educação no Brasil teria sido expressivo mesmo que as características individuais observáveis dos trabalhadores tivessem permanecido as mesmas de 1980, quando uma parcela muito pequena da população possuía esse nível educacional.